

# Política

CRISE

## MANDATO: CHEGOU A HORA.

Sarney reúne hoje doze ministros e suas lideranças na Constituinte, para garantir que a votação seja esta semana, provavelmente amanhã. E os cincoanistas estão sendo convocados.

**Última questão: índio aculturado é diferente?**

O último capítulo da Ordem Social, que trata da questão indígena, deverá entrar em votação hoje na Constituinte. O deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ) disse ontem, após reunião na residência do deputado Ulysses Guimarães, que o acordo sobre o capítulo dos índios "está por um fio e a votação deverá acontecer hoje". O único ponto de discordância é com relação ao "índio aculturado": a dúvida é se ele terá um tratamento diferenciado pela futura Constituição. Os índios que estão em Brasília fazendo lobby

são contra esta especificação dos indígenas.

Antes de iniciar a sessão de hoje da Constituinte, os parlamentares que estão negociando a questão — Bonifácio de Andrada (PDS-MG), José Lins (PFL-CE), Arthur da Távola (PMDB-RJ) e outros — tentam fechar um acordo sobre o assunto. Tanto o texto da Sistematização como o do Centro estabelecem que os direitos especiais concedidos aos índios só se aplicam aos que habitam efetivamente as terras indígenas e não possuem elevado grau de aculturação.

As lideranças partidárias já chegaram a um acordo sobre os outros dois pontos polêmicos do capítulo: o reconhecimento dos índios sobre as terras tradicionalmente ocupadas e a determinação de que as lavras das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional, depois de ouvir as comunidades interessadas.

### Cassados: os militares não negociam.

Os ministros militares não aceitam qualquer tipo de negociação em relação à anistia dos cassados pela Revolução de 64, a não ser aqueles itens já previstos nos textos da Sistematização ou do Centro, que são semelhantes, já que não prevêem o aumento dos ganhos financeiros nem a reintegração de nenhum deles à ativa. A informação foi dada ontem, em Brasília, pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, após ter admitido que se encontrou — em conjunto e separado — com os ministros militares para discutir o assunto.

Bernardo Cabral também frisou que os militares não aceitam de forma alguma o reingresso dos cassados aos quartéis, mesmo que isso venha através da emenda do deputado Uldérico Pinto, que concede aos punidos o direito de recorrer ao Supremo Tribunal Federal para auferir vantagens intertemporais com atos punitivos. Diante da posição dos ministros militares, Cabral afirmou que o mais provável é prevalecer o texto do Centro.

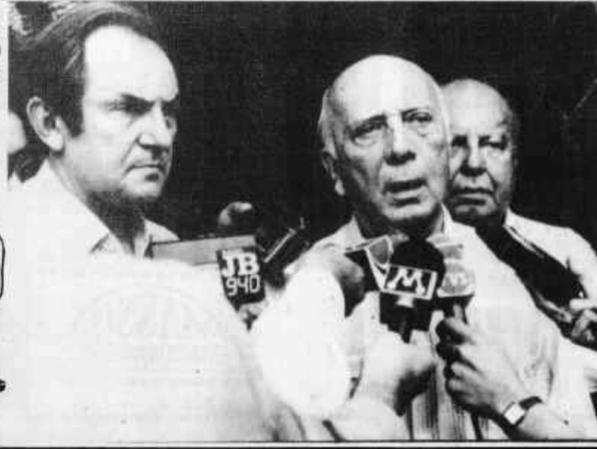
Enquanto os ministros militares não admitem nenhum tipo de

concessão sobre a anistia, cresce em Brasília o lobby de militares cassados, chefiados pelo comandante Paulo Henrique Ferro Costa, que procuram fechar com as lideranças políticas um acordo em torno de uma fusão de emendas existentes. O resultado seria a concessão de benefícios, através de uma aposentadoria, para os 1.500 marinheiros punidos.

Caso os militares cassados não consigam qualquer tipo de acordo e acabarem perdendo, o comandante Ferro Costa assegura que eles irão recorrer ao STF. Fato que, na sua opinião, será pior para todos, inclusive para os ministros militares, já que, desta forma, "será dado início a um processo de argentinização no Brasil, e muita coisa que ainda não veio à tona será desenterrada. Ai o que estará em questão será o movimento de 64". Estas ameaças, porém, não estão preocupando os ministros militares porque, no Capítulo das Forças Armadas — aprovado pela Constituinte —, eles já asseguraram não serem os atos administrativos da área militar passíveis de habeas corpus ou de apreciação pelo Judiciário.



O presidente Sarney quer falar na ONU já com os cinco anos garantidos. Ulysses e Cabral (à direita) discutiram ontem os últimos detalhes.



### Eleições: agora fala-se em prefeitos por um ano.

Os constituintes que frequentam os gabinetes oficiais em Brasília criaram uma nova fórmula para solucionar o que seria, no seu entender, o grande problema da sucessão de Sarney: a eleição "solteira" para presidente em 1989, que permitirá uma concentração de ataques ao governo federal. A fórmula salvadora seria um mandato-tampão de um ano para os prefeitos eleitos a 15 de novembro próximo. A tese poderá ser a solução para "dourar" a pílula da prorrogação, considerada pelos políticos governistas dose muito forte para ser tomada publicamente pelo plenário da Constituinte.

As propostas prorrogacionistas serão discutidas nas Disposições Transitórias da Constituinte (emendas Heráclito Fortes e Saulo Queiroz) e no projeto de lei regulamentando as eleições municipais. O senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da matéria no Senado, confirmou ontem em Porto Alegre que apresentará hoje o seu relatório sobre o projeto, que, segundo acredita, será votado amanhã no Senado e quinta-feira na Câmara. Fogaça — que propôs

modificações no texto que veio da Câmara, entre elas a eliminação do período de nove meses antes do pleito para proibições de contratações e demissões de funcionários públicos — não aceitou a emenda apresentada pelo senador Aureo Mello (PMDB-AM), que prorroga os mandatos municipais por um ano, mas admitiu que o assunto poderá ser retomado em plenário.

O líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, principal articulador do projeto de regulamentação das eleições, desafiou ontem os prorrogacionistas a defenderem "à luz do sol a prorrogação dos mandatos municipais".

Fazendo coro com o líder da sua bancada, Jorge Uequed (PMDB-RS) alertou ontem em Porto Alegre para os riscos de adiamento das eleições e disse que além do Planalto, há um movimento de governadores contra as eleições municipais este ano.

Em São Paulo, embora o governador Orestes Quéricia venha defendendo publicamente as eleições municipais este ano, políticos peemedebistas confidenciam que ele não tem o mínimo interes-

se nisso, pois "do jeito que o PMDB está desgastado, ele perderia em dezenas de municípios importantes, o que é negativo para quem tem planos de disputar a Presidência". O mesmo argumento vale no caso do candidato ao atual presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães.

O líder do PTB na Assembleia Legislativa, Barros Munhoz, dá alguns elementos para reforçar essa visão: segundo ele, o secretário do Interior Uebe Rezek e o presidente da Frente Municipalista e até há pouco tempo secretário do Trabalho de Quéricia, Lincoln Magalhães, têm ido constantemente a Brasília com a finalidade de trabalhar pelo adiamento.

O candidato a candidato a prefeito de Mirassol, no interior de São Paulo, Fernando Vendramini, comentava ontem em São José do Rio Preto que há um forte movimento na região Oeste do Estado contra o prorrogacionismo. Está sendo articulado o lançamento de um manifesto que já contava com 80 adesões até as 16 horas de ontem. "O movimento cresce como rastilho de pólvora", disse Vendramini.

Votar hoje o tamanho do mandato do presidente Sarney é uma possibilidade que ainda depende do término da apreciação do último capítulo da parte permanente da nova Carta, que trata dos direitos dos índios. Embora todas as previsões indiquem que a questão só será votada a partir de amanhã, o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, prefere não arriscar. Ontem, ele passou o dia inteiro ao telefone convocando os constituintes cincoanistas a fazer plantão em Brasília até o momento da votação. Sant'Anna quer evitar surpresas.

O próprio Sarney também tomou providências. Chamou seus 12 ministros de confiança, além dos líderes no Senado e na Câmara, para uma reunião hoje, ao meio-dia, no Palácio da Alvorada. Juntos, eles devem definir uma estratégia que assegure a votação do mandato ainda esta semana. Sarney tem pressa: ele quer embarcar tranquilamente para os Estados Unidos, no próximo domingo, com os cinco anos garantidos. Sarney está convencido de que isso repercutiria positivamente quando discursar na ONU.

O chefe do Gabinete Civil, ministro Costa Couto, incumbido de coordenar a reunião no Alvorada, admite a possibilidade de o governo esbarrar numa obstrução de alguns segmentos do PMDB e outros partidos — o que dificultaria o exame das Disposições Transitórias até sexta-feira. Se isso realmente ocorrer, os governistas estão preparados para o contra-ataque: a retirada do plenário, inviabilizando também a votação de outros temas polêmicos — como a anistia para os militares punidos.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, já avisou que não tem interesse em adiar a votação do mandato. Mesmo assim, se a obstrução alcançar êxito, mandato e anistia seriam adiados para o próximo dia 9 em diante, quando Sarney estivesse de volta e Ulysses Guimarães retornasse à presidência da Constituinte. Sem Ulysses no comando das votações, o Centro prefere não arriscar com dois temas polêmicos.

### Obstáculos

Os estrategistas da votação do mandato para esta semana terão de contar, porém, com um obstáculo: o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) anunciou ontem que, juntamente com mais dez parlamentares autores de emendas que convocam eleições gerais para este ano, vai fazer gestões à Mesa para que sejam votadas antes da questão do mandato. "É preciso seguir um critério lógico de abrangência", justificou Chiarelli. "Uma emenda que convoque eleições em todos os níveis deve ser votada antes de uma que convoque um pleito específico".

Das 11 emendas sobre eleições gerais, Chiarelli destaca a do deputado José Moura (PFL-PE) como a mais abrangente: eleições em 15 de novembro próximo para vereadores, prefeitos, deputados estaduais, federais, governadores, senadores e presidente da República. A emenda de Chiarelli não convoca eleição de deputados estaduais nem de governadores. Diz ele que preferiu tal fórmula por uma questão de ética: foi derrotado na eleição para o governo do Rio Grande do Sul.

Se tudo correr conforme a estratégia traçada pelo governo, os líderes de Sarney acreditam que os cinco anos estarão decididos até sexta-feira, o mais tardar. Tal decisão afetará diretamente pelo menos 100 peemedebistas, da corrente independente, já rompidos com o Planalto. E tal corrente deverá aumentar ainda mais até a convenção nacional do partido, marcada para 21 de agosto, numa crescente pressão pelo rompimento com o governo. E Ulysses, dizem os líderes dessa corrente, não teria condições de recusar essa "declaração de guerra", sob pena de ficar só na companhia dos moderados. Dos 17 ministros do PMDB, ponderam, o único com poder político é Renato Archer, da Previdência, justamente o principal alvo dos moderados e do PFL.

Esse, porém, é um problema do PMDB, que o governo prefere não considerar, apesar dos quase 30 mil cargos de confiança dos quais o partido desfruta na administração Sarney. Assegurados os cinco anos, o governo definirá sua "nova cara". "Só ficará no ministério e nos escalões superiores quem apoiar o governo", disse um ministro de confiança. Ulysses, segundo ele, será decisivo nessas alterações — e terá de fazer sua opção: "Ele não pode continuar na presidência de um partido que tem um pé no palanque e outro no Palácio do Planalto".



### Uma desastrada visita a Minas

Cinquenta constituintes deixaram Brasília neste final de semana em busca das "mordomias" oferecidas pelo governador Newton Cardoso e empresários mineiros como parte da estratégia contra a emancipação do triângulo mineiro. Mas se deram mal. Vários erros na programação do "passo" que começou por Belo Horizonte e se estendeu pelas cidades históricas de Ouro Preto e Mariana irritaram os convidados que, ainda indecisos sobre a questão da emancipação, retornaram no domingo a Brasília.

Os constituintes convidados por Cardoso chegaram a Minas na manhã de sábado, num boeing de 118 lugares especialmente fretado. Quase todos trouxeram mulheres e filhos e experimentaram, logo na chegada, os primeiros dissabores. Do aeroporto de Confins seguiram para o Museu de Arte da Pampulha, em ônibus especiais — o museu estava fechado, sem qualquer exposição à vista. Depois, foi a vez da igreja de São Francisco, também na Pampulha, que os constituintes encontraram igualmente fechada.

O deputado Gil César Moreira de Abreu (PMDB-MG), nomeado cicerone pelo governador Newton Cardoso, ainda tentou mostrar ao grupo de constituintes o interior do Mineirão (estádio Magalhães Pinto). Demorou para convencer um vigilante de que era deputado, e, mais ainda, para conseguir abrir as portas de um banheiro que foi rapidamente invadido por mulheres e filhos dos constituintes, dentro do Mineirão. O terceiro erro de programação veio mais tarde, quando os convidados foram avisados do cancelamento da visita que fariam ao Palácio da Liberdade, sede do governo mineiro.

O senador Jarbas Passarinho, do PDS do Pará, quis ignorar os contratempos vividos durante o passeio por Minas. Mas não escondeu que, em sua opinião, os "separatistas" têm um lobby na Constituinte superior ao do movimento "Unidade de Minas" patrocinado pelo governador Newton Cardoso. Pessoalmente, Passarinho respei-

ta o trabalho de Cardoso, mas não lhe dá o voto: "Vou me abster nessa questão", garantiu. Já a deputada Márcia Kubitschek, do PMDB do Distrito Federal, assustava seus colegas de viagem ao proclamar que seu pai, o ex-presidente Juscelino, daria "três voltas na sepultura ao ver Minas Gerais dividida".

O final de semana pela "Unidade de Minas" tinha por objetivo conquistar mais votos contra duas emendas na Constituinte: uma de autoria do deputado Homero Santos (PFL) e outra do deputado Francisco Humberto (PDT). Os dois mineiros, com base eleitoral no Triângulo, querem facilitar a emancipação da região e levaram o governador a gastar mais de Cz\$ 6 milhões com o passeio dos deputados e senadores indecisos. Só em hospedagem, foram pagos Cz\$ 2,79 milhões ao Othon Hotel, de Belo Horizonte. As passagens aéreas Brasília-Belo Horizonte-Brasília não ficaram por menos de Cz\$ 1,5 milhão.

Quem pagou tudo isso? O governador Newton Cardoso admitiu, há dias, que seu governo faria uma "cortesia" para os constituintes convidados, alegando que Minas estava ameaçada e que, nesse caso, todo sacrifício seria justificável. Mas os empresários mineiros asseguram que os gastos são por conta deles. Líder do "Movimento Cívico Pró-Unidade de Minas", o presidente em exercício da Associação Comercial do Estado, Paulo Sérgio Ribeiro da Silva, garantiu que pagará as contas com doações, venham elas de onde vierem.

O próximo passo contra os "divisionistas" será dado mais uma vez pelo governador Newton Cardoso, que, em Brasília, acompanhará a votação das emendas Homero Santos e Francisco Humberto. Cardoso deverá, também, apresentar cada um dos 550 Constituintes com um queijo-minas e a mensagem: "Divida o queijo, não divida Minas". Pelos cálculos do governador não precisaria tamanho esforço, já que os "separatistas" perderão por uma diferença de 100 votos.

O governador Newton Cardoso recebeu a visita de constituintes. E vai a Brasília distribuir queijos.

is en-  
nbm  
pular  
nação  
depend-  
undina  
as decis-  
siderar  
expres-  
reta, re-  
iscorda